

# POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN:

DIRETRIZES CONCEITUAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

**SÔNIA RAMPIM FLORÊNCIO**, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, BRASIL.

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Especialista em Sociologia Rural pela Universidade de Campinas e em Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social pela Escola Nacional de Administração Pública. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atua no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como chefe do Núcleo de Educação Patrimonial do Departamento de Cooperação e Fomento e como professora colaboradora do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural da mesma instituição. E-mail: sonia.r.florencio@gmail.com

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp55-89>

## **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN: DIRETRIZES CONCEITUAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS**

SÔNIA RAMPIM FLORÊNCIO

### **RESUMO**

Este artigo aborda a construção dos princípios conceituais e diretrizes que pautam a área de educação patrimonial na atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Apresenta, também, um panorama histórico com as principais estratégias de ação implementadas nos últimos anos em consonância com essas abordagens. Para tanto, firma a importância de se implementar ações educativas para a preservação do patrimônio que se embasem na construção coletiva do conhecimento e na educação dialógica, nos moldes freireanos. Por fim, apresenta alguns desafios para a contínua construção desse campo de conhecimento e atuação institucional.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Educação patrimonial. Construção do conhecimento. Educação dialógica.

## **CULTURAL HERITAGE EDUCATION POLICY AT IPHAN: CONCEPTUAL GUIDELINES AND STRATEGIC ACTIONS**

SÔNIA RAMPIM FLORÊNCIO

### **ABSTRACT**

This article approaches the conceptual principles and guidelines' development in which Cultural Heritage Education — as developed by Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) — are grounded. This paper also presents a historic outlook concerning the main action strategies that took place in agreement with those approaches. For this purpose, it highlights how important it is to implement educational actions that are based on Paulo Freire's dialogical education, in order to preserve the cultural heritage. In conclusion, the paper presents some of the challenges for the constant construction of this field of knowledge and institutional practice.

### **KEYWORDS**

Cultural heritage education. Knowledge construction. Dialogical education.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área<sup>1</sup>.

Em decorrência da necessidade de uma maior sistematização das ações educativas no âmbito das políticas de preservação, o Iphan, por meio de seu setor de promoção, passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em 2004, o Decreto n. 5040/04 cria uma unidade administrativa, a Coordenação-Geral de Promoção (Cogeprom), responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos, e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias.

1. O percurso histórico do conceito e das ações de educação patrimonial no Iphan está detalhado na publicação *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Em 7 de maio de 2009, o Decreto n. 6844 cria a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), vinculada ao Departamento de Apoio e Fomento (DAF), com o objetivo de garantir dentro do órgão uma área central dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de educação patrimonial.

Hoje, com as modificações ocorridas com o Decreto n. 9238, de 15 de dezembro de 2017, que cria o Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), o Núcleo de Educação Patrimonial está na estrutura da Coordenação de Fomento, Educação Patrimonial e Redes (Cofer) dentro da Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (Cogecon).

Durante os últimos 14 anos, a área promoveu vários encontros e formações envolvendo técnicos de todos os estados brasileiros e, também, outras instituições públicas, instituições de ensino superior e da sociedade civil, com o objetivo de promover debates e reflexões conceituais e práticas do campo com o intuito de consolidar marcos programáticos e legais para o campo da educação patrimonial.

Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, a área procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de patrimônio cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e participativa das políticas públicas e as ações intersetoriais do Estado. Também foi se consolidando o entendimento da educação como processo que privilegie a construção coletiva e dialógica do conhecimento e que identifique os educandos como sujeitos históricos e transformadores de suas realidades em seus territórios.

A partir do princípio de que a efetividade de uma política pública se relaciona, diretamente, à capacidade de a sociedade participar, decidir e avaliar ações e serviços prestados por ela, constitui-se estratégia essencial e prioritária nesse campo de atuação fomentar e reconhecer a educação patrimonial como um processo permanente para obtenção dessa abordagem dialógica e de construção coletiva das políticas de identificação, proteção, apropriação e valorização do patrimônio cultural.

A perspectiva é de somar esforços para que a educação patrimonial conquiste maior inserção na formação escolar, no cotidiano das comunidades, nas instâncias de decisão — colegiados, conselhos e comitês — e, conseqüentemente,

na postura e espaços das respectivas instituições gestoras. Trata-se de identificar a educação patrimonial como tema transversal a todo o processo de preservação e valorização do patrimônio cultural. Isso quer dizer que, desde o momento da identificação do patrimônio cultural em um território, processos dialógicos sobre o conhecimento desse patrimônio precisam se fazer presentes.

Este artigo divide-se em duas partes correlacionadas com o propósito de sintetizar as diretrizes conceituais e de atuação na área: na primeira, descrevem-se os princípios teórico-conceituais que norteiam as ações promovidas dentro do Iphan pela área de educação patrimonial; e na segunda, são apresentadas as ações estratégicas consideradas essenciais na atuação do Núcleo de Educação Patrimonial<sup>2</sup>.

## 2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES CONCEITUAIS

Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão “educação patrimonial”, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada em todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação paradigmática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se misturam a propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se mesclam a práticas significativas, onde esses materiais não constituem um fim em si mesmo, ao contrário, compõem partes de processos educativos.

Com a promoção dos encontros acima mencionados, uma série de princípios conceituais e diretrizes para a atuação no campo foram se desenhando e sendo sistematizados com a finalidade de instituir marcos programáticos e legais que pautassem abordagens educativas para a preservação e valorização do patrimônio no âmbito da instituição.

2. As ações estratégicas do Núcleo de Educação Patrimonial, que serão apresentadas na terceira parte deste artigo, também estão sistematizadas na publicação *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014). Trata-se de uma publicação que precisa ser atualizada, pois desde a sua publicação novas ações e marcos programáticos foram implementados. De qualquer forma, ainda pode referenciar o histórico de atuação institucional.

Nesse sentido, um importante marco legal do campo é a Portaria Iphan n. 137/2016, que estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio e que tem como objetivo instituir um conjunto de marcos referenciais para a educação patrimonial enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural.

O artigo 3º da referida portaria, que traz em seus incisos princípios importantes, como

incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural, evidencia aspectos fundantes à ação no campo.

Hoje, o Iphan defende que

a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016b, p. 6).

Essa formulação decorre, como já foi mencionado, de um longo caminho de debates institucionais envolvendo o Iphan, instituições da sociedade civil, instituições de ensino superior, poder público das três instâncias de governo entre outras instituições e pessoas que, no decorrer do processo, levaram a cabo aprofundamentos teóricos e avaliações das

práticas educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural e que culminaram em uma série de premissas conceituais.

### 2.1 Comunidades: participantes efetivas das ações educativas

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva das ações educativas, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local e, também, produtora de ações educativas fortemente adequadas às especificidades de seus territórios. É necessário, aqui, substituir a noção de público-alvo das ações educativas para a de público participante. Somente com uma construção coletiva e participativa dessas ações é que se pode alcançar eficácia e efetividade em seus objetivos.

A ação transformadora dos sujeitos decorre do seu jeito de ser e estar no mundo, de suas ações nos territórios e de seus desejos de transformação da realidade sócio-histórica. Essa perspectiva não está alinhada a um modelo de educação que seja somente reprodutora de informações, e que se concretiza em uma via de mão única identificando os educandos como consumidores de informações — modelo designado por Paulo Freire (1970) de “educação bancária”.

As iniciativas educativas devem, portanto, ser consideradas como um recurso fundamental para a mobilização social em torno do patrimônio cultural, para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento da identidade local e para a afirmação dos sujeitos em seus diferentes modos de ser e estar no mundo. Para tanto, há que se priorizar processos de escuta das diferentes narrativas sobre os territórios e sobre as valorações atribuídas ao patrimônio que se expressa em diferentes dimensões, entre as quais a técnica, a simbólica e a afetiva, que, nesse caso, muitas vezes, é resultado de processos de ressignificação e de novas e diferentes maneiras de acesso a esse patrimônio.

Colada a essa questão, está o entendimento de que a educação patrimonial não é uma metodologia. Ao contrário, ela pode e deve utilizar múltiplas abordagens, metodologias, performances, leituras da realidade que já são utilizadas pelos agentes do território e que podem se ampliar nos processos de construção coletiva e planejamento das ações.



## 2.2 Bens culturais inseridos nos espaços de vida das pessoas

É importante, aqui, firmar que as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras, devem fazer sentido e serem percebidas nas práticas cotidianas. No caso das ações educativas em prol da preservação e valorização do patrimônio cultural, em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados. Nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão, consultor do Projeto Interação nos anos 1980:

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p. 51).

Qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens, sobretudo no momento da identificação das referências culturais em processos de patrimonialização ou mesmo nos processos de educação patrimonial a serem construídos coletivamente nos territórios. Nesse processo, cabe aos poderes públicos exercerem o papel de mediador entre instituições públicas e da sociedade civil interessadas, contribuindo para a criação de canais de interlocução que se valem, em especial, de mecanismos de escuta e observação.

## 2.3 Educação patrimonial como processo de mediação

Interessante para a atuação na área de educação patrimonial é o conceito de mediação, cunhado pelo psicólogo e educador russo Lev Vygotsky (1998). Em *A formação social da mente* ele mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos exercidos sobre o próprio homem: é por meio dos

elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (PPS) ou cognição.

Vygotsky considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo a partir da sua atuação em situações de interação social, da qual participam instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância medeiam a vida.

Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos pares que convivem nesses contextos. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os problemas e as situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como da incorporação da cultura, como *domínio de modos culturais de agir e pensar*, de se relacionar com outros e consigo mesmo.

Portanto, o conceito de mediação é fundamental para o entendimento de que a atuação de educadores no campo do patrimônio deve se constituir em uma ação participante e de atuação política, pois está inserida nos contextos sócio-históricos de ação dos sujeitos e, muitas vezes, em realidades de conflitos que envolvem tomadas de decisão coletivas relacionadas ao desejo de futuro desses sujeitos em seus territórios e, num sentido mais amplo, de modelo de sociedade.

#### 2.4 Patrimônio cultural: um campo de conflitos

Sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acautelados. Situação determinada, entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico que, por um lado, expande o regime da grande propriedade rural e da agricultura intensiva; por outro, determina uma urbanização caracterizada por grandes concentrações metropolitanas, que estimulam o processo de especulação imobiliária gerando a substituição de edificações e espaços sociais, a segregação de populações e a limitação do usufruto dos ambientes públicos e comunitários.

Esse quadro acaba por originar um desequilíbrio de representatividade em termos da origem étnica, social e cultural, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional. Nesse sentido, é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais.

Desse ponto de vista, ao assumir a função de mediação, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores *a priori*, criar espaços de aprendizagem e interação que faculte a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Sua função primordial é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural.

## 2.5 Territórios como espaços educativos

Paulatinamente, as políticas educativas foram se afastando de ações centradas em acervos museológicos e restritas a construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como documento vivo, passível de variadas leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais. Seus efeitos se potencializam quando conseguem interligar os espaços tradicionais de aprendizagem a equipamentos públicos, como centros comunitários, associações de moradores, movimentos sociais, bibliotecas públicas, praças e parques, teatros e cinemas. Tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas a práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários. De acordo com as considerações da educadora Jaqueline Moll (2009, p. 15),

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida.

De igual maneira, é interessante evocar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/1996, que prevê em seu art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

## 2.6 Intersetorialidade das políticas públicas

Outro fator importante para a ampliação das possibilidades de ações educativas de preservação e valorização do patrimônio cultural é o estabelecimento de vínculos das políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, direitos humanos, gênero, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo o intercâmbio de ferramentas educativas para enriquecer o processo pedagógico a elas inerente. Dessa forma, são possíveis a otimização de recursos na efetivação das políticas públicas e a prática de abordagens mais abrangentes e intersetoriais, compreendendo a realidade como lugar de múltiplas dimensões da vida.

A intersetorialidade permite articulações entre agentes provindos de instituições diversas e que atuam com setores sociais distintos, porém com pontos em comum. Isso torna possível superar projetos e ações fragmentadas em um mesmo território, além de favorecer uma intervenção mais complexa e não fracionada.

Para tanto, uma estratégia de atuação bastante promissora é a implementação e formação de redes nos territórios, com o objetivo de ampliar o raio de ação, o número de parceiros e as discussões e tomadas de decisão coletivas no que afeta a vida e o futuro dos sujeitos.

## 2.7 Educação patrimonial: uma abordagem complexa

Como se vê, as ações educativas requerem uma aproximação mais complexa e integrada das realidades sociopolíticas do fenômeno da cultura. Complexa, aqui, tem o sentido apontado por Edgar Morin (2005, p. 38):

*Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis, constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo

entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade.

É preciso considerar o patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização — inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo —, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de parcerias.

Não se trata, portanto, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico. Não se trata de cair em um “localismo esterilizante” (BRANDÃO, 1996, p. 73), onde todos os processos de aprendizagem se realizam em seus limites e com seus exemplos. Trata-se, ao contrário, de partir das referências culturais locais para, por meio delas, acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, a partir de seu repertório de referências, possa compreender e refletir tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca.

Foram expostos aqui alguns pressupostos no intuito de inspirar os que trabalham, refletem e agem em torno do tema educação patrimonial. O movimento de recuperar, valorizar e ressignificar a trajetória seguida por outros — que, a seu modo e em outros tempos, se debruçaram sobre a importante tarefa de encontrar ferramentas para valorizar e preservar a memória e o patrimônio cultural brasileiro — é fundamental para a construção coletiva de uma nova percepção das ações educativas nesse campo.

### 3 EIXOS DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Nos últimos anos a política de educação patrimonial está estruturada em três eixos principais de atuação, condizentes com as diretrizes conceituais sistematizadas no item anterior.

### 3.1 Inserção do tema patrimônio cultural na educação formal

É de essencial importância levar a reflexão sobre a preservação do patrimônio à rede formal de ensino. Assim, duas principais estratégias foram utilizadas até 2015 por meio de parceria com o Ministério da Educação: no âmbito da educação básica, o Programa Mais Educação possibilitou a incorporação da atividade de educação patrimonial na perspectiva da educação integral; na educação superior, a aproximação se deu por meio do Programa de Extensão Universitária (ProExt), que dispõe de uma linha temática voltada ao patrimônio cultural.

#### 3.1.1 Programa de Extensão Universitária (ProExt)

Criado pelo Decreto n. 6.495, de 30 de junho de 2008, o ProExt foi coordenado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e teve como objetivo apoiar as instituições públicas comunitárias de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas com ênfase na inclusão social. Por meio de editais públicos anuais, o objetivo era que os estudantes e professores das instituições de ensino superior passassem a atuar de maneira integrada às políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, de forma a contribuir para o reforço da cidadania, bem como interagir com o conjunto de experiências e saberes das comunidades nas quais as universidades estão inseridas.

Como se sabe, a realização de ações de extensão nas universidades possui respaldo na Lei n. 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, em 9 de janeiro de 2001. Em seu item 23, está previsto que “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País seja reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”. Além disso, a extensão universitária está prevista no artigo 207 da Constituição Federal, que estabelece que as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, entre 2009 e 2015, o Iphan manteve parceria com o MEC na elaboração anual do edital ProExt e na avaliação de propostas da linha temática de “preservação do patrimônio cultural brasileiro”. Assim como o Iphan, diversos ministérios, secretarias e autarquias foram instados pelo MEC a contribuir na elaboração do edital, transformando a ação extensionista universitária em aproximações efetivas de suas políticas públicas.

A parceria entre o Iphan e as universidades por meio das ações de extensão foi um caminho promissor para a promoção e a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pois teve como objetivo estimular a participação e o envolvimento de outros agentes capazes de se associar à política de reconhecimento, promoção e proteção ao patrimônio. Dada a capacidade técnica e de inovação das instituições de ensino superior públicas, que começam a se envolver sistematicamente com a extensão voltada à preservação do patrimônio cultural, a parceria Iphan/MEC foi estratégica e potencialmente transformadora das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

No ano de 2009, foi disponibilizado 1 milhão de reais para a linha temática de patrimônio, o que resultou na aprovação de 28 propostas distribuídas nas diversas áreas de atuação do Iphan. Em 2010, 2 milhões de reais foram aplicados na execução de 39 projetos. Em 2011, 6,6 milhões foram aplicados na execução de 74 propostas aprovadas. Em 2012, 5 milhões de reais para 44 propostas aprovadas foram contempladas. Em 2013, 4 milhões de reais para 37 propostas aprovadas na linha temática. No total, aproximadamente 18,6 milhões de reais foram investidos em políticas de patrimônio via projetos de extensão universitária.

Com o fim da parceria entre o MEC e outros ministérios no Programa de Extensão Universitária, hoje o Núcleo de Educação Patrimonial busca fortalecer as parcerias estabelecidas com instituições de ensino por meio das superintendências do Iphan nos estados levadas à cabo pelas suas equipes técnicas.

### 3.1.2 Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi uma estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral. Foi operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As atividades fomentadas foram organizadas em macrocampos que envolveram temas associados às políticas federais desenvolvidas pelos ministérios parceiros, como o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente e a Controladoria Geral da União, entre outros.

Essa estratégia tinha como objetivo promover a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Tratava-se da construção de uma ação intersetorial das políticas públicas educacionais e sociais que visavam contribuir tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira — reconhecendo que a educação deve ser pensada para além dos muros da escola e considerando a cidade, o bairro e os bens culturais como potencialmente educadores, eles próprios.

O programa envolvia escolas das redes municipais e estaduais em contextos diversos, como escolas rurais e indígenas, escolas em áreas de pobreza e em zonas metropolitanas. A parceria entre Iphan e MEC foi iniciada em 2011, quando a educação patrimonial passou a integrar o macrocampo “cultura e artes”, na ocasião do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II Enep), realizado em Ouro Preto-MG, em julho de 2011. Coube ao Iphan propor uma atividade específica de educação patrimonial, articulando os princípios do Programa Mais Educação com as diretrizes da política de educação patrimonial.

A partir do conceito de espaço educativo, evitando adotar uma metodologia uniforme que não levasse em consideração os diferentes contextos culturais do país, buscou-se uma proposta que possibilitasse um mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na realidade escolar — um Inventário Pedagógico do patrimônio local.

O inventário trazia um conjunto de fichas para organizar e reunir informações sobre o patrimônio cultural local, partindo do olhar dos estudantes. As categorias utilizadas para classificar os diversos bens culturais — lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes — se baseavam nas categorias que o próprio Iphan/MinC adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural imaterial do Brasil.

A atividade do Inventário Pedagógico do patrimônio local ainda está disponível para *download* nos *sites* do Iphan e MEC e pode ser desenvolvida por qualquer interessada. Ao escolher a atividade de educação patrimonial, a escola inserida no programa recebia recursos (R\$ 8.000,00 por escola) do Programa



Dinheiro Direto na Escola-Educação Integral para aquisição de equipamentos audiovisuais. Dessa forma, podiam elaborar e divulgar os inventários produzidos. Os equipamentos a serem adquiridos seriam máquinas fotográficas com a função filmagem; gravadores de áudio digital (MP3); HD externo; tripé de câmera; cartucho colorido de impressora ou apoio para serviço de impressão; fichas para o inventário, além de mil reais como apoio para as saídas de campo e outros setecentos reais para produzir exposições, encontros, rodas de memória, mostras de filmes e mais, a partir dos resultados do inventário.

As escolas que aderiam ao Mais Educação deviam designar um professor comunitário para coordenar o programa na escola e ainda podiam contratar monitores, com base na Lei do Voluntariado (Lei n. 9.608/1998), para a execução das atividades escolhidas.

De 2013 a 2015, 1.640 escolas em todos os estados da Federação e Distrito Federal escolheram a atividade de educação patrimonial e receberam R\$ 13.120.000,00 reais para a compra do conjunto de equipamentos, saídas de campo e produtos resultantes das atividades.

Hoje, essa importante estratégia de inserção do tema do patrimônio na educação básica tem sido implementada pelo Núcleo de Educação Patrimonial por meio de articulações entre o Iphan e as secretarias municipais de educação.

O Inventário Pedagógico, utilizado no Programa Mais Educação, deu origem a uma ferramenta institucional publicada em 2016. Trata-se do livro *Educação patrimonial: inventários participativos* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016a).

O objetivo dos inventários participativos é o de se constituir em uma ferramenta de educação patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida.

Com base em metodologias de ferramentas já existentes no Iphan, principalmente o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), foi desenvolvido e disponibilizado, em 2012, o Inventário Pedagógico, fruto da participação do Iphan na atividade de educação patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC, como já mencionado.

Em razão de solicitações de técnicos das unidades do Iphan e de outros setores do então Ministério da Cultura, bem como por sugestões e demandas de determinadas organizações da sociedade civil, decidiu-se adaptar o material para aproveitamento em iniciativas e atividades para além do Programa Mais Educação. Assim, foram feitos ajustes textuais, redefinindo seus potenciais usos e objetivos. A partir dessa reformulação, o alvo primordial dos “inventários participativos” passou a ser a mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação. Essa iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações. Também pretende divulgar alguns preceitos éticos de pesquisa, como o emprego responsável e autorizado de imagens, depoimentos e conhecimentos coletados ao longo do levantamento. Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local.

Atualmente, o Núcleo de Educação Patrimonial tem recebido inúmeras devolutivas dos usos dos inventários em diferentes contextos sociais e por diferentes agentes. Entre eles: inventário participativo das referências culturais na região do Minhocão, em São Paulo, realizado pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep); inventário participativo dos bens culturais de Camaragibe-PE, realizado pela Prefeitura; inventário participativo dos engenhos de farinha do litoral catarinense, realizado pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo; inventário participativo do saber-fazer da tecelagem manual da rede de Pedro II, no Piauí, realizado pelo Programa de Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, em Paranaíba; inventário participativo

dos modos de saber-fazer associados ao trançado em palha de carnaúba da Ilha de Canárias, no delta do Parnaíba, pelo mesmo programa; inventário participativo das referências culturais do território onde estão as fortificações em Pernambuco, que resultou em uma publicação (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019) entre outras experiências de uso da ferramenta que são comunicadas ao Iphan em suas várias superintendências nos estados.

### 3.2 Gestão compartilhada das ações educativas

A principal estratégia é o fomento às Redes do Patrimônio, que busca reconhecer o protagonismo local das ações educativas de valorização do patrimônio cultural articulando agentes e instituições que possuam envolvimento com o tema e com os bens culturais. Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma política pública de educação patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo.

#### 3.2.1 Projeto Redes do Patrimônio

Com o objetivo de ampliar a capilaridade institucional do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural, o projeto Casas do Patrimônio, hoje denominado Redes do Patrimônio, se funda na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais.

Sua proposta integra-se à construção de um novo marco institucional para o Iphan, debatido internamente ao longo do ano de 2007. O resultado das discussões veio a público na Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, ocorrida em Pirenópolis-GO, em 2008, em que as diretrizes gerais foram debatidas e consolidadas em âmbito coletivo. No ano seguinte, ocorreu o 1º Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda-CE, resultando na formulação da *Carta de Nova Olinda*.

Longe de se restringir à instalação de uma estrutura física, as Redes do Patrimônio constituem, antes, um desafio: ampliar os espaços de diálogo com a sociedade a partir da educação patrimonial, multiplicando locais de

gestão compartilhada e de construção das políticas públicas de patrimônio cultural. É o primeiro passo para transformar as sedes do Iphan e instituições parceiras da sociedade civil em polos de referência sobre o patrimônio cultural, fomentando a criação de novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educacionais formais e não formais, em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas não formais e demais segmentos sociais e econômicos.

Considerando o patrimônio cultural um eixo de desenvolvimento local sustentável, capaz de gerar renda e oportunidades econômicas para a população, a proposta pretende, de um lado, dialogar com as atividades e rotinas administrativas da instituição e, de outro, promover ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil. Para tanto, as Redes do Patrimônio devem atuar de maneira articulada com outros setores governamentais, especialmente nas áreas de educação, cultura, cidades, justiça, turismo e meio ambiente.

Não há um programa de atividades e de estrutura padronizados. Cada caso exigirá um arranjo próprio em função das características do local e de seus equipamentos, da existência e capacitação dos profissionais, do nível de interação com o poder público e demais agentes sociais. A adequação da proposta às singularidades de cada cidade ou região é vital para o seu êxito. É importante centrar o foco em parcerias com grupos, organizações e projetos locais de ações educativas.

Entre os objetivos das Redes do Patrimônio, estão:

- a) articular coletivamente as representações do Iphan nas unidades da federação, com as instituições da sociedade civil e os poderes públicos municipais e estaduais, instaurando espaços de debate e reflexão sobre o patrimônio cultural;
- b) difundir informações sobre a ação institucional do Iphan de forma acessível ao público;
- c) estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;
- d) promover oficinas para estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual centradas na interface patrimônio e educação, com a finalidade de que venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque;

- e) garantir práticas educativas multi/transdisciplinares, com abordagens transversais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação;
- f) promover a valorização das comunidades, bem como contribuir para sua inserção técnica, tecnológica e digital, por meio de oficinas educativas que utilizem ferramentas de audiovisual, por exemplo;
- g) identificar agentes locais responsáveis por ações educativas;
- h) buscar temas geradores significativos para a valorização do patrimônio cultural das diferentes comunidades;
- i) valorizar ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas e dimensões do patrimônio cultural;
- j) garantir um espaço de trocas de experiências envolvendo iniciativas de educação patrimonial.

Espera-se que as Redes do Patrimônio sejam articuladoras das ações educativas e de aproximação com as comunidades locais, exercendo papel determinante na gestão compartilhada da preservação do patrimônio cultural. O direito à diversidade e à memória, individual e coletiva, também deve ser valorizado. Dessa forma, amplia-se a disseminação de um novo conceito de patrimônio cultural, mais próximo das pessoas e de suas referências.

As Redes do Patrimônio devem envolver todos os segmentos sociais, na esfera pública e privada, que estejam comprometidos com a proteção e difusão do patrimônio cultural, com especial ênfase em:

- a) escolas e instituições de ensino;
- b) associações de moradores;
- c) coletivos não formalizados;
- d) grupos detentores de bens culturais protegidos;
- e) organizações da sociedade civil;
- f) instituições de ensino superior;
- g) poder público local.

As premissas básicas para a implantação de uma Casa do Patrimônio são:

- a) a realização de ações educativas, de promoção e de fomento que articulem as áreas de patrimônio cultural com outros campos da ação pública;

- b) o estímulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural;
- c) a promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área do patrimônio cultural;
- d) a promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área;
- e) a disponibilidade de espaços para o intercâmbio e difusão de conhecimentos;
- f) a manutenção e disponibilização de acervos e de informações sobre o patrimônio para acesso da população;
- g) o fomento e fortalecimento da atuação em redes sociais de cooperação institucional e com as comunidades;
- h) o reconhecimento da importância da preservação do patrimônio cultural.

### 3.2.2 Redes do Patrimônio: estrutura atual

O projeto Casas do Patrimônio, hoje Redes do Patrimônio, como já mencionado, foi originado e desenvolvido ao longo de intensos debates e processos construtivos de conceito, objetivos e atuação. Com o passar dos anos, a articulação entre o Núcleo de Educação Patrimonial e as Redes do Patrimônio permitiu identificar a necessidade de se estruturar um modelo de implantação que consolidasse as características do projeto, visando não apenas ao restauro de edificação e disponibilidade para realização de ações educativas e de promoção, mas sim a um modelo de cooperação em rede entre a instituição, sociedade civil, poderes públicos, instituições de ensino e demais atores sociais vinculados ao tema da preservação do patrimônio e às estratégias de educação patrimonial.

O desenho institucional atual do projeto Redes do Patrimônio é apresentado da seguinte forma:

- ciclo de implantação;
- continuidade;
- monitoramento.

Para detalhar o desenho institucional da estrutura atual das Redes do Patrimônio é fundamental recuperar as análises e informações dos documentos técnicos da Consultoria do Projeto 914BRZ4005 dentro do Departamento de Cooperação e Fomento do Iphan, onde foi contratada a consultora Fernanda Biondo.

### 3.2.2.1 Ciclo de implantação

A implantação das Redes do Patrimônio foi sistematizada, ao longo do desenvolvimento do projeto na instituição, de forma a apropriar-se do Acordo de Cooperação Técnica, disposto na Portaria Iphan n. 29/2014. Este passou a ser concebido como um instrumento de fortalecimento do projeto e das cooperações realizadas, a partir do início de 2014. Foi estabelecido e aperfeiçoado pelo Núcleo de Educação Patrimonial, portanto, um ciclo com cinco etapas para a implantação de uma Rede do Patrimônio do Iphan: planejamento, chamada pública, oficina de implantação, plano de trabalho e acordo de cooperação. A seguir apresenta-se a descrição de cada etapa do ciclo de implantação, com seu respectivo detalhamento.

#### CICLO DE IMPLANTAÇÃO DAS REDES DO PATRIMÔNIO

##### 1 PLANEJAMENTO

###### Descrição

Esta etapa consiste na organização do processo de implantação da Rede do Patrimônio e tem por objetivo principal nivelar o conhecimento e expectativa institucional sobre o projeto, seu modo de funcionamento e objetivos. Desta forma, a etapa de planejamento antecede a implantação. É fundamental, neste momento, que o Iphan local seja articulado para participar das videoconferências e conversas com o Núcleo de Educação Patrimonial para aprofundar o conhecimento sobre o projeto, consolidar seus objetivos e fomentar seu desenvolvimento, evitando-se, assim, falhas de comunicação e de expectativas.

###### Detalhamento

- 1) Realização de videoconferências entre Iphan local e Núcleo de Educação Patrimonial, Depam e DPI;
  - a) Detalhamento do processo de implantação e consolidação da Casa do Patrimônio;
  - b) Esclarecimentos sobre a abertura do processo administrativo;
  - c) Encaminhamentos e orientações para o processo de articulação local e nivelamento institucional sobre o processo de implantação da Casa do Patrimônio;
  - d) Solicitar a participação de todos os servidores e funcionários do Iphan para esclarecimentos sobre o projeto Redes do Patrimônio e troca de informações e diálogo sobre os principais problemas e desafios do Iphan junto às localidades;
  - e) Agendamento de oficina interna sobre Rede do Patrimônio e EP anteriormente à Oficina de Implantação, para alinhar o pensamento da sede com a dos técnicos do Iphan local.
- 2) Articulação local
  - a) Mobilização do Iphan local convidando as entidades para comporem a Rede do Patrimônio.

---

## 2 CHAMADA PÚBLICA

---

### Descrição

---

Esta etapa consiste no convite para Oficina de Implantação, como um meio de publicizar a intenção institucional de estabelecer parcerias, garantindo a democratização do processo. O Chamamento Público, apesar de não ser obrigatório<sup>3</sup>, é recomendado por ampliar a visibilidade da Rede do Patrimônio, e constitui-se em convites feitos por e-mail, contato telefônico, ofícios e divulgação no site do Iphan e redes sociais. Orienta-se que o Iphan local, ao dirigir o convite às entidades, informe sobre a metodologia da Oficina de Implantação e já levante ao futuro parceiro a reflexão sobre as seguintes questões, presentes na ficha “Dados das Entidades”. Espera-se que, a partir desta reflexão, os parceiros possam participar da Oficina de Implantação de modo propositivo e familiarizados com a intenção de integrar a Rede do Patrimônio por meio da realização coletiva de ações educativas.

---

### Detalhamento

---

- 1) Divulgação (no site do Iphan e demais redes sociais) da realização da Oficina de Implantação;
  - 2) Envio da ficha “Dados da Entidade” para os parceiros locais convidados:
    - a) Atividade(s) que já desenvolve;
    - b) Ação(ões) específicas a ser(em) realizadas durante a parceria;
    - c) Local, data e duração da realização de sua(s) ação(ões) constante(s) do plano de trabalho;
    - d) Equipamentos e recursos humanos necessários para a realização de sua(s) ação(ões) constante(s) do plano de trabalho.
- 

## 3 OFICINA DE IMPLANTAÇÃO

---

### Descrição

---

A Oficina de Implantação constitui um encontro, de dois ou três dias, promovido pelo Iphan local (superintendência ou escritórios técnicos), com potenciais parceiros identificados no dia a dia institucional, para construção coletiva de um plano de trabalho anual com ações educativas e de valorização do patrimônio cultural, compartilhadas com as comunidades locais. A programação da Oficina de Implantação contempla um primeiro momento de fala institucional, no qual o Iphan local faz a abertura, discorrendo sobre a atuação institucional no território, desafios e expectativas para a Rede do Patrimônio; posteriormente, o Núcleo de Educação Patrimonial faz uma apresentação sobre os conceitos e diretrizes da educação patrimonial e sobre o projeto Redes do Patrimônio. A partir de então, os parceiros assumem a fala, tendo a oportunidade de explicar sobre as ações que já desenvolvem relacionadas à preservação do patrimônio e suas interfaces com demais setores das políticas públicas, e fazer proposições, de modo a construir coletivamente, em *Datashow*, um plano de trabalho anual com ações a serem desenvolvidas pela Rede do Patrimônio. Ao final da oficina, os participantes assinam uma carta de intenções, na qual firmam compromisso prévio com o plano de trabalho. Também são encaminhados os próximos passos para a oficialização da Rede Casa do Patrimônio, como data para próximas reuniões, grupo de responsáveis, entre outros.

---

### Detalhamento da programação

---

- 1) Abertura pelo Iphan local sobre os desafios da atuação no território;
  - 2) Apresentação das entidades, instituições e pessoas presentes;
  - 3) Apresentação do Depam, DPI e Decof sobre os desafios no território;
  - 4) Apresentação Iphan/Núcleo de Educação Patrimonial sobre educação patrimonial e Redes do Patrimônio;
- 

3. O Chamamento Público não é obrigatório nos casos em que não se verifica transferência de recursos financeiros, ou seja, o caso da articulação de parceria das Casas do Patrimônio. No entanto, a Procuradoria recomenda que seja realizado, estabelecendo um processo que esteja em “consonância com os princípios de transparência, moralidade e publicidade”. Ver: processo administrativo n. 01450.002655/2015-71, “Realização de atividades de educação patrimonial”, referentes a parecer da Procuradoria Jurídica do Iphan sobre a implantação das CP.



- 
- 5) Fala de cada instituição (baseada nas questões da ficha Dados das Entidade);
    - a) O que você espera da Casa do Patrimônio?
    - b) Quais ações já desenvolvem relacionadas a educação patrimonial, patrimônio, cultura, entre outros?
    - c) Quais ações pretende realizar durante a parceria?
  - 6) Construção, em *Datashow*, da minuta do plano de trabalho a partir da fala dos parceiros presentes;
  - 7) Assinatura da carta de intenções firmando um pré-compromisso com o plano de trabalho;
  - 8) Aprovação e envio por e-mail de todos os documentos produzidos na oficina para os parceiros;
  - 9) Encaminhamento para próximos passos (data da próxima reunião, periodicidade, responsáveis etc.);
  - 10) Consolidação da Rede Casa do Patrimônio local.
- 

#### 4 PLANO DE TRABALHO

---

##### Descrição

---

O plano de trabalho propõe uma gestão em rede das ações educativas de valorização do patrimônio cultural local de forma integrada entre os parceiros da Rede do Patrimônio. A minuta do plano de trabalho, construída coletivamente na Oficina de Implantação, deve ser sistematizada e completada durante as demais reuniões dos parceiros, de modo que cada entidade proponha e desenvolva ações voltadas à valorização do patrimônio local, articulando recursos humanos e financeiros coletivamente.

---

##### Detalhamento

---

- 1) Reuniões quinzenais;
    - a) Entre Iphan local e parceiros;
    - b) Detalhamento da minuta do plano de trabalho, construída durante a oficina;
    - c) Identificação de outros atores locais para compor a Rede Casa do Patrimônio.
  - 2) Consolidação do plano de trabalho anual.
- 

#### 5 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

---

##### Descrição

---

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) é uma ferramenta jurídica que estabelece parcerias entre Iphan, administração pública, instituições privadas e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho. O ACT deverá ser assinado posteriormente à Oficina de Implantação, após sistematização e elaboração do cronograma do plano de trabalho, entre Iphan e demais parceiros e, publicado no *Diário Oficial da União*.

---

##### Detalhamento

---

- 1) Envio da minuta do Acordo de Cooperação, juntamente com o plano de trabalho consolidado, para todas as instituições;
  - 2) Realização de solenidade para assinatura do Acordo de Cooperação;
  - 3) Publicação no *Diário Oficial da União*.
- 

### 3.2.2.2 Continuidade

Após finalizado o ciclo de implantação, cabe à Rede do Patrimônio local executar as atividades previstas no plano de trabalho e manter a articulação realizada, assim como ampliar os nós desta rede, ou seja, identificar e reconhecer outros atores sociais em potencial para incorporar à rede formada. A execução das atividades deve, também, acontecer por meio das parcerias, a partir do compartilhamento dos recursos de cada parceiro.

A continuidade da Rede do Patrimônio é, portanto, responsabilidade de todos seus parceiros, inclusive do Iphan local, que deverá realizar novos encontros e oficinas para manter a articulação já vigente, e também incorporar novos pontos focais identificados. Refeitas as articulações e executado o plano de trabalho anual, ficará a cargo do Iphan local e dos parceiros realizar um novo plano de trabalho anual, que deverá ser elaborado para incorporar a renovação do Acordo de Cooperação. Os novos parceiros poderão assinar termo de adesão para integrar o Acordo de Cooperação e, conseqüentemente, a Rede do Patrimônio.

### 3.2.2.3 Monitoramento

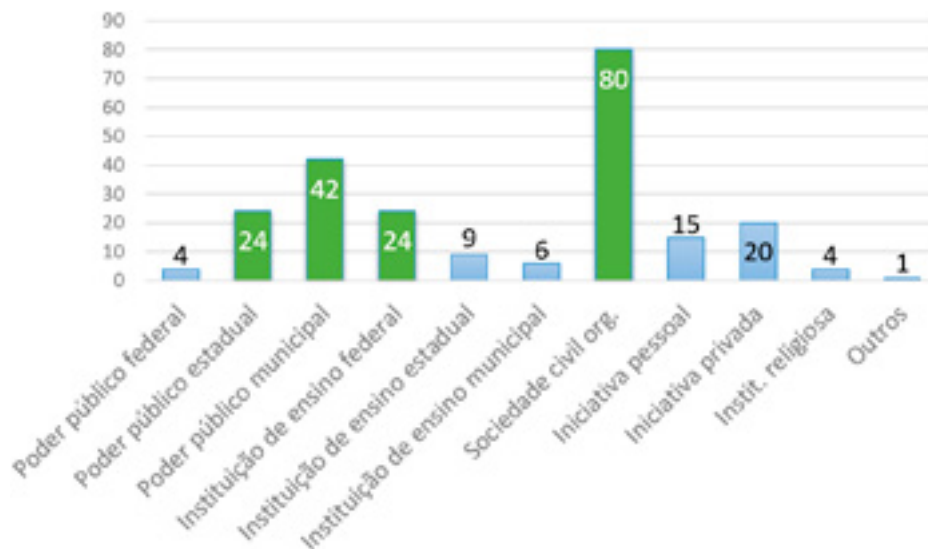
O monitoramento do projeto Redes do Patrimônio foi elaborado em etapas. Primeiramente, realizou-se um diagnóstico do projeto e das Oficinas de Implantação, para, em seguida, propor-se indicadores que pudessem subsidiar o monitoramento das Redes do Patrimônio.

### 3.3 Diagnóstico: potencialidades do projeto Redes do Patrimônio

A primeira parte do monitoramento até o momento elaborado diz respeito aos documentos e informações oriundas das Oficinas de Implantação, ou seja, mapeamento e análise das parcerias articuladas e das ações propostas para futura incorporação no plano de trabalho. Esse trabalho de monitoramento teve por objetivo principal apresentar a potencialidade do projeto, a abrangência com que o Iphan pode se articular no território, a diversidade de parceiros e de ações que podem ser realizadas, e sobretudo, demonstrar como as Redes do Patrimônio podem se tornar um locus de articulação de um futuro Sistema Nacional do Patrimônio cultural (SNPC). Tal monitoramento, no entanto, não foi realizado de forma sistemática e analítica no que diz respeito às articulações oficializadas e às ações executadas, pois não existiria um instrumento padronizado para agrupar tais informações ao ponto de gerar indicadores fundamentados para análise.

A princípio, partindo-se da Oficina de Implantação, mapeou-se os atores locais articulados, com foco na natureza das instituições, ou seja, na busca pelos parceiros de maior potencialidade para articular-se com o Iphan por meio das Redes do Patrimônio.

FIGURA 1  
Parceiros articulados nas Oficinas de Implantação das Casas do Patrimônio do Iphan. Fonte: Fernanda Biondo.



O material de análise (Figura 1) demonstra um total de 229 parcerias articuladas por meio das Oficinas de Implantação das Redes do Patrimônio entre os anos de 2014 e 2016.

Este mapeamento demonstra o potencial de articulação do Iphan no intuito de promover políticas preservacionistas mais democráticas e cidadãs, considerando a colaboração de saberes e práticas entre os atores sociais locais. É importante notar que a maior demanda de parceria com o Iphan é de representantes da sociedade civil organizada. Assim, sob esta natureza, observa-se a incidência de grupos de teatro, associações, fundações, redes de ações educativas, OSCIPs, ONGs (nacionais e internacionais), grupos que representam manifestações culturais locais (maracatu, coco, barqueiros, bonequeiros, artesãos etc.), Pontos de Cultura, comunidades quilombolas, entre outros. Este dado pode nos indicar a potencialidade das Redes do Patrimônio em serem, de fato, canais de aproximação, diálogo e cooperação entre a sociedade civil e a instituição.

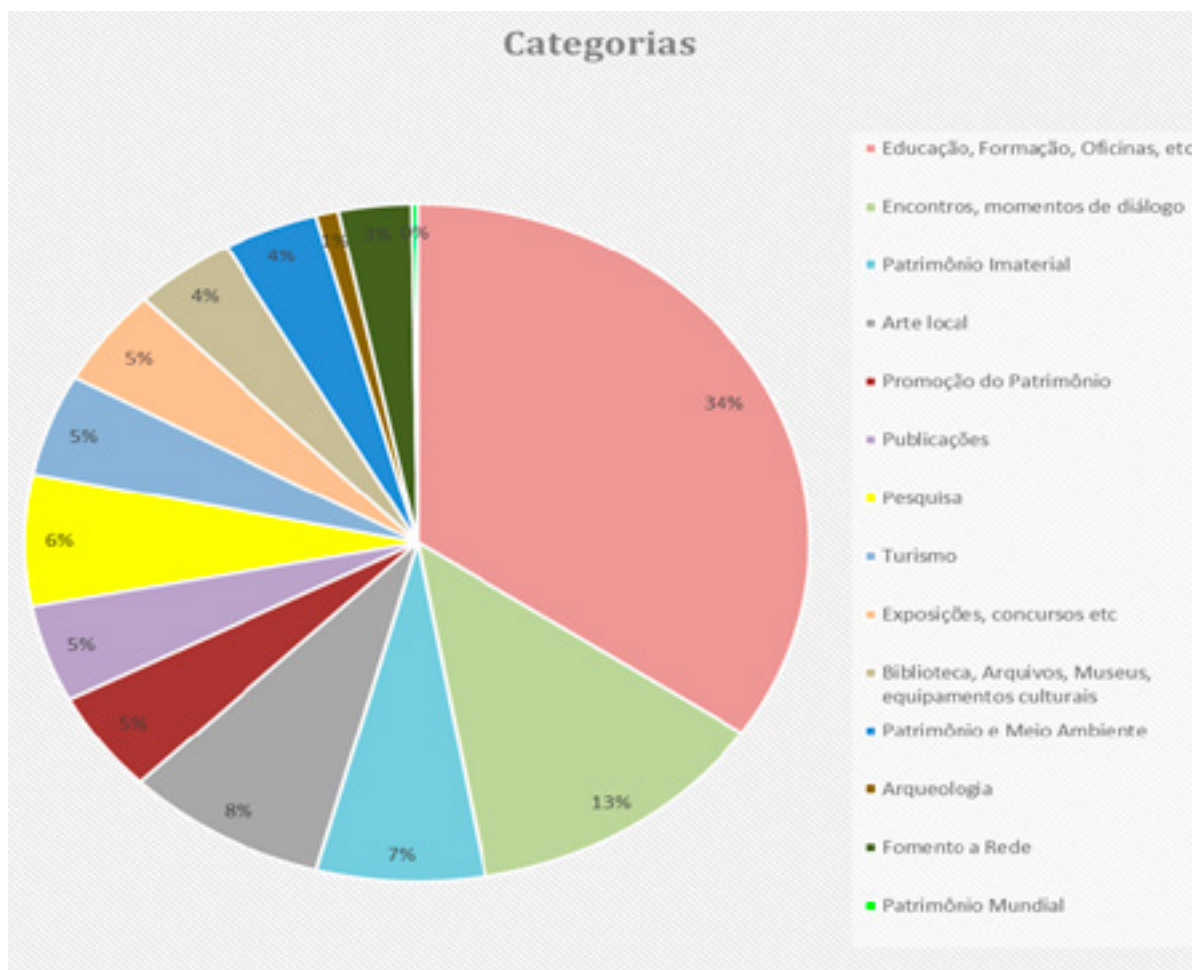
Além disso, parcerias com os poderes públicos municipais também foram significativas, demonstrando a necessidade da articulação entre Iphan e o governo local. A presença majoritária dos parceiros desta natureza decorreu, principalmente, de secretarias municipais de cultura, educação, turismo, patrimônio, e também de conselhos, câmaras de vereadores, museus ou centros culturais municipais, entre outros.

Outro dado resultante do diagnóstico foi o mapeamento das propostas de ações a serem realizadas no plano de trabalho anual durante a Oficina de Implantação. É importante reforçar que essas ações não foram, necessariamente, executadas, mas sim propostas neste primeiro momento de articulação dos atores locais. Elas demonstram o potencial de ações a serem realizadas, assim como destacam as características locais, ou seja, as principais questões que necessitam ser discutidas e abordadas nos territórios.

Nesta perspectiva, tais parceiros propuseram 432 ações nos planos de trabalho, analisadas e caracterizadas a partir de 14 categorias de análise conforme demonstrado na Figura 2.

FIGURA 2

Gráfico que representa a quantidade de ações propostas nos planos de trabalho, divididas pelas categorias de análise. Fonte: Fernanda Biondo.



Cabe notar que os parceiros representantes de organizações da sociedade civil foram responsáveis por mais de 33% das ações dos planos de trabalho, e, ainda, que estas parcerias focaram, majoritariamente, nas atividades com características voltadas à educação, formação, oficinas etc., demonstrando a compreensão do caráter pedagógico do projeto Redes do Patrimônio. As categorias “encontros”, “momentos de diálogo” e “arte local” também foram muito destacadas. As 14 categorias de análise propostas por este diagnóstico demonstram a potencialidade de abrangências de conteúdos que podem ser contemplados pelos planos de trabalho das Redes do Patrimônio.

### 3.4 Instituição de marcos programáticos no campo da educação patrimonial

Em razão da ampliação do conceito de patrimônio e da multiplicação de ações educativas em todo o país, há necessidade de normatizar e garantir o cumprimento de diretrizes e princípios mínimos para as ações de educação patrimonial no âmbito institucional. Essas diretrizes foram consolidadas nos seguintes documentos: *Carta de Nova Olinda* (2009), *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural* (2009) e *Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial* (2011).

#### 3.4.1 Marcos programáticos na política de educação patrimonial

Desde 2009, a então Coordenação de Educação Patrimonial, hoje Núcleo de Educação Patrimonial, vem sistematizando resultados de encontros e seminários, com vistas a definir entendimentos institucionais em seu campo de atuação:

a) I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio  
Período: 27 de novembro a 1 de dezembro de 2009

Local: Nova Olinda-CE

O objetivo desse seminário foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio e também propor ao Iphan a criação de instrumentos legais e administrativos e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como garantia de sustentabilidade da proposta. Estiveram presentes ao evento representantes e colaboradores do Iphan e de algumas das Casas do Patrimônio (CARTA..., 2009).

Produto: redação da *Carta de Nova Olinda*.

b) I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural

Período: 13 a 16 de dezembro de 2009

Local: Ouro Preto-MG

As mesas-redondas de educação patrimonial do Fórum, intituladas “Educação Patrimonial no Sistema Nacional de Patrimônio”, objetivaram identificar: a) os desafios para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial; b) os desafios para a estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio, no que concerne à educação patrimonial; c) potencialidades e parcerias estratégicas para a formulação de políticas de educação patrimonial; d) ações estratégicas que devem ser implementadas em curto prazo (FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2009).

Produto: relatório das mesas 3 – Educação patrimonial: perspectivas de interação e ação nas comunidades – e 13 – Educação patrimonial: perspectivas de inserção na educação formal.

c) I Encontro Nacional de Educação Patrimonial

Período: 12 a 17 de setembro de 2005

Local: São Cristóvão-SE

O I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I Enep), ocorrido em São Cristóvão-SE, com representantes de diversas instituições envolvidas com o tema, teve como objetivo a discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial do Iphan nas escolas, museus e sociedade. Representou, para a recém-criada Gerência de Educação Patrimonial (Geduc), uma ocasião de balanço retrospectivo da experiência acumulada dentro do órgão e, ao mesmo tempo, a definição de novas diretrizes e estratégias para uma política institucional para a área.

Produto: relatório final contendo os 13 pontos acordados e que serviriam de orientação para o desenvolvimento da política nacional.

d) II Encontro Nacional de Educação Patrimonial: Estratégias para a Construção e Implementação de uma Política Nacional

Período: 17 a 21 de julho de 2011

Local: Ouro Preto-MG

Esse encontro teve como objetivo a consolidação de uma rede de agentes educadores no campo do patrimônio cultural e a formatação pactuada da Política Nacional de Educação Patrimonial.

Ao reunir técnicos do Iphan, representantes da Rede Casas do Patrimônio e outros agentes comprometidos com programas, projetos e ações nessa área de atuação, o evento procurou traçar estratégias para a construção e implementação de uma política nacional.

Produto: texto base para uma política nacional no âmbito da educação patrimonial: eixos temáticos, diretrizes e ações (ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2011).

Além dos já referidos, resultaram desses encontros os seguintes documentos:

- *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014);
- *Educação patrimonial: inventários participativos* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016a).
- Portaria 137, de 28 abril de 2016 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016b).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2014, as diretrizes e princípios da educação patrimonial foram institucionalizados por meio da publicação *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014), resultado de um percurso amplo de debates, pesquisas teóricas e avaliações das práticas e ações educativas. Dividida em três partes, descreve a trajetória histórica dessas ações dentro do Iphan, os fundamentos conceituais que amparam as atuais políticas da área e apresenta os três macroprocessos institucionais desenvolvidos pela Coordenação de Educação Patrimonial/Iphan. Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial, e uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada em todo o país.

Em 2016, como já mencionado, foi publicada a Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece diretrizes de educação patrimonial no

âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Esse documento apresenta um conjunto de marcos referenciais para a área. Entre eles está a diretriz que afirma que os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades. Ao todo são oito diretrizes. O texto também identifica o projeto Casas do Patrimônio, hoje Redes do Patrimônio, como instrumento estratégico de implementação da política de educação patrimonial. Assim, as Redes do Patrimônio — quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas — objetivarão a promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro. Ainda são indicados na portaria dois textos referenciais para a prática de educação patrimonial pelo Iphan: *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* e a publicação *Educação patrimonial: inventários participativos*.

Enfim, foram expostos aqui alguns desafios e possibilidades que se apresentam aos que trabalham, refletem e agem em torno do campo da educação patrimonial, ainda em construção no Brasil. O movimento de recuperar, valorizar e ressignificar a trajetória seguida por outros que, ao seu modo e em outros tempos, se debruçaram sobre a importante tarefa de encontrar ferramentas para valorizar e preservar a memória e o patrimônio cultural brasileiro é fundamental para a construção coletiva de uma nova abordagem das ações educativas nesse campo.

Os principais desafios institucionais do campo, sobretudo no contexto político atual, é o de garantir que os princípios presentes na Portaria 137/2016 sejam norteadores de ações e projetos que primem pela participação social e pela educação dialógica na elaboração e implementação das políticas de patrimônio e nos seus processos de preservação e valorização.

Isso implica a necessidade de fortalecimento do projeto Redes do Patrimônio e na afirmação da educação patrimonial como processo de mobilização social em torno das referências culturais dos sujeitos em seus diferentes territórios. Assim, ela pode se constituir, também, em uma afirmação do direito à memória e do direito ao patrimônio, tantas vezes negado aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.



A educação patrimonial, dessa forma, tem o desafio estratégico de garantir canais de aproximação e de efetiva participação social de modo a contribuir para reunir pessoas e instituições que compartilham uma concepção de patrimônio que reúne suas diversas dimensões e narrativas em uma perspectiva horizontal, frente a outros interesses representados por agentes sociais que almejam modelos de desenvolvimento social excludentes e, portanto, que afirmam privilégios de alguns segmentos da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, educação e interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al.* *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: Iphan, 1996. Parte 2. p. 27-104

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27883, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 21 jan. 2014.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Manual Operacional de Educação Integral*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14458-manual-mais-educacao-2013-final-171013-2-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14458-manual-mais-educacao-2013-final-171013-2-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12 ago. 2019.

CARTA de Nova Olinda: documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. Nova Olinda: Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta\\_de\\_nova\\_olinda.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf). Acesso em: 13 ago. 2019.

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2., 2011, Ouro Preto. *Documento final* [...]. Ouro Preto: [s. n.], 2011.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. *Cadernos pedagógicos: territórios educativos para a educação integral: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

- FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Iphan, 2012. p. 22-29. (Caderno Temático 2).
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: Iphan, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, n.2, p. 11-120, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/referencia\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf). Acesso em: 13 ago 2019.
- FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. *Anais [...]*. Brasília, DF: Iphan, 2012. t. 2. Tema: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2\\_vol1\\_ForumPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf). Acesso em: 13 ago. 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GIL, Gilberto. Cartografia cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Brasília, DF: Iphan, 2008.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: Iphan: Museu Imperial, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducacaoPatrimonial\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf). Acesso em: 11 ago. 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: inventários participativos*. Brasília, DF: Iphan, 2016a. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf). Acesso em: 11 ago. 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016b.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Novas (velhas) batalhas: educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco*, Brasília, DF: Iphan, 2019.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?* a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MARTINHO, Cássio. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da autogestão*. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2004.
- MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a educação integral. *Pátio*, Porto Alegre, v. 8, n. 51, p. 12-15, 2009.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2005.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. *Educação patrimonial no Iphan*. 2011. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2011.

RUBIM, Silvana. *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.